

<p>CONSELHO TUTELAR - GESTÃO 2016/2020 – GUARATINGUETÁ-SP</p> <p>CADERNO DE QUESTÕES</p>
--

NOME COMPLETO DO CANDIDATO: _____

Assinatura: _____

Não preencher – campo exclusivo para correção pelos examinadores			
Número de Acertos-objetivas	Pontuação-objetivas	Pontuação-dissertativas	Nota final total

Instruções para o (a) candidato (a) :

- 1- Esta prova é composta por 35 (trinta e cinco) questões, das quais, 30 (trinta) são objetivas cujo valor é de 2.5 (dois pontos e meio) cada, e 05 (cinco) questões dissertativas cujo valor é de 5,0 (cinco pontos) cada uma, todas versam sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- 2- Leia atentamente as questões.
- 3- Nas questões objetivas, assinalar uma alternativa na folha de resposta com caneta azul ou preta. Não serão computadas as questões em branco, com duas ou mais alternativas assinaladas e questões rasuradas.
- 4- É expressamente proibida a comunicação entre os candidatos, o uso de equipamentos eletrônicos e a consulta a quaisquer materiais (legislação, livro, apostila, caderno e/ou anotações).
- 5- Desligar equipamentos eletrônicos (celulares, tablets, mp3 ou outros)
- 6- Sobre a mesa, manter apenas, caneta, lápis, borracha e corretivo.
- 7- O caderno de questões juntamente com o gabarito deve ser devolvido na sua integralidade ao responsável pela aplicação da prova.

Assinale X na alternativa correspondente das questões objetivas , conforme o exemplo a seguir :

Questão	A	B	C	D	E
00	X				

RESPOSTAS DAS QUESTÕES OBJETIVAS:

Questão	A	B	C	D	E
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					
27					
28					
29					
30					

Assinatura do Candidato: _____

QUESTÕES OBJETIVAS

1- Dentre as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente não é correto afirmar:

- A- Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.
- B- A falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo bastante para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- C- Os casos confirmados de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais, excluindo-se a mera suspeita de maus tratos.
- D- Aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.
- E- Os filhos havidos fora do casamento poderão ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente, no próprio termo de nascimento, por testamento, mediante escritura ou outro documento público, qualquer que seja a origem da filiação.

2- A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Assim, não é correto afirmar que o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura:

- A- A criança e o adolescente portadores de deficiência atendimento especializado.
- B- Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
- C- Os estabelecimentos de atendimento à saúde deverão proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança, e adolescente até 16 anos e tempo parcial aos maiores de 16 anos e menores de 18 anos.
- D- Incumbe ao poder público fornecer gratuitamente àqueles que necessitarem os medicamentos, próteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.
- E- As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude.

3- Após a leitura das assertivas, assinale a alternativa a seguir:

- I – O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.
- II- O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.
- III- Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.
- IV- O poder familiar será exercido, em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

- A- As assertivas I, II e III estão corretas.
- B- As assertivas II, III e IV estão corretas.
- C- As assertivas I, III e IV estão corretas.
- D- As assertivas I, II e IV estão corretas.

E- Todas as assertivas estão corretas.

4- Sobre a Guarda, é incorreto afirmar que:

A – A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

B- A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros.

C- Salvo expressa e fundamentada determinação em contrário, da autoridade judiciária competente, ou quando a medida for aplicada em preparação para adoção, o deferimento da guarda de criança ou adolescente a terceiros não impede o exercício do direito de visitas pelos pais, assim como o dever de prestar alimentos, que serão objeto de regulamentação específica, a pedido do interessado ou do Ministério Público.

D- A guarda não poderá ser revogada.

E- A inclusão da criança ou adolescente em programas de acolhimento familiar terá preferência a seu acolhimento institucional, observado, em qualquer caso, o caráter temporário e excepcional da medida, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

5- Sobre adoção, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa incorreta:

A- A adoção é medida excepcional e irrevogável, à qual se deve recorrer apenas quando esgotados os recursos de manutenção da criança ou adolescente na família natural ou extensa.

B – Podem adotar os maiores de 18 (dezoito) anos, independentemente do estado civil.

C – O adotado tem direito de conhecer sua origem biológica, bem como de obter acesso irrestrito ao processo no qual a medida foi aplicada e seus eventuais incidentes, após completar 18 (dezoito) anos.

D- Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente, não admitindo-se a união estável.

E- Os divorciados, os judicialmente separados e os ex-companheiros podem adotar conjuntamente, contanto que acordem sobre a guarda e o regime de visitas e desde que o estágio de convivência tenha sido iniciado na constância do período de convivência e que seja comprovada a existência de vínculos de afinidade e afetividade com aquele não detentor da guarda, que justifiquem a excepcionalidade da concessão.

6- A criança e o adolescente tem direito à educação e cultura. Dentre os direitos apresentados abaixo pode-se afirmar que:

I – O direito a educação visa ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

II- É assegurado igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

III- É assegurado direito de ser respeitado por seus educadores e de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores.

IV- É assegurado o direito de organização e participação em entidades estudantis e acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A- Todas as assertivas estão corretas.

B-As assertivas I, II e III estão corretas.

C-As assertivas II, III e IV estão corretas.

D-As assertivas I, II e IV estão corretas.

E- Apenas a assertiva III está incorreta.

7-É dever dos dirigentes de estabelecimentos escolares de ensino fundamental comunicar ao Conselho Tutelar:

A-Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e elevados níveis de repetência.

B-Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.

C-Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e elevados níveis de repetência.

D-Maus-tratos envolvendo seus alunos; reiteração de faltas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares e casos de repetência.

E- A-Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar.

8- Sobre as linhas de ação da política de atendimento à Criança e ao Adolescente, analisando as assertivas a seguir:

I- políticas sociais básicas; políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

II- serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

III - políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes;

IV- campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Pode-se afirmar que:

A-As assertivas I, II e III estão corretas.

B-As assertivas II, III e IV estão corretas.

C-As assertivas I, II e IV estão corretas.

D- As assertivas I e III estão corretas.

E- Todas as alternativas estão corretas.

9- . Compete à autoridade judiciária disciplinar, através de portaria, ou autorizar, mediante alvará:

A- A entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em: bailes ou promoções dançantes; boate ou congêneres; casa que explore comercialmente diversões eletrônicas; estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

B- A entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em: estádio, ginásio e campo desportivo; bailes ou promoções dançantes; boate ou congêneres; casa que explore comercialmente diversões eletrônicas; estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

C- A entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em: estádio, ginásio e campo desportivo; bailes ou promoções dançantes; boate ou congêneres; estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

D- A entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em: bailes ou promoções dançantes; boate ou congêneres; estúdios cinematográficos, de teatro, rádio e televisão.

E- Nenhuma das alternativas.

10- Considerando-se as infrações administrativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar que é incorreta a seguinte assertiva:

A-Divulgar, total ou parcialmente, sem autorização devida, por qualquer meio de comunicação, nome, ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial relativo a criança ou adolescente a que se atribua ato infracional.

B- Exibir parcialmente, fotografia de criança ou adolescente envolvido em ato infracional, ou qualquer ilustração que lhe diga respeito ou se refira a atos que lhe sejam atribuídos, de forma a permitir sua identificação, direta ou indiretamente.

C- Descumprir, dolosa ou culposamente, os deveres inerentes ao poder familiar ou decorrente de tutela ou guarda, bem assim determinação da autoridade judiciária ou Conselho Tutelar.

D- Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo confirmação inequívoca de maus-tratos contra criança ou adolescente.

E- Hospedar criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou responsável, ou sem autorização escrita desses ou da autoridade judiciária, em hotel, pensão, motel ou congênere.

11- As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente forem ameaçados ou violados:

A- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta.

B- por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta.

C- por ação ou omissão do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; em razão de sua conduta.

D- por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;

E- em razão de sua conduta ou abuso dos pais ou responsável.

12- Poderão ser aplicadas as:

A- medidas de proteção e medidas sócio-educativas às crianças e adolescentes.

B- as medidas de proteção e medidas sócio-educativas às crianças e adolescentes, respectivamente.

C- medidas de proteção às crianças e aos adolescentes as medidas de proteção e/ou medidas sócio-educativas.

D- medidas sócio-educativas às crianças e adolescentes.

E- internação às crianças e aos adolescentes, indistintamente.

13- Assinale a alternativa falsa:

A- Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

B- As medidas específicas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, bem como substituídas a qualquer tempo.

C- Na aplicação das medidas levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

D- A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada

E- A prestação de serviços comunitários consiste na realização de trabalho, sem remuneração, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

14- Sobre os princípios que regem a aplicação das medidas de proteção, analise as assertivas e assinale a alternativa correspondente:

I - Crianças e adolescentes são os titulares dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente e em outras Leis, bem como na Constituição Federal.

II- O princípio da responsabilidade primária e solidária do poder público: trata da plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e pela Constituição Federal, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados, é de responsabilidade primária e solidária das 3 (três) esferas de governo, sem prejuízo da municipalização do atendimento e da possibilidade da execução de programas por entidades não governamentais;

III - interesse superior da criança e do adolescente: a intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do adolescente, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;

IV – Os princípios da intervenção precoce e da intervenção mínima prescrevem que a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida e a intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente;

A-As assertivas I, e III estão corretas.

B-As assertivas II, III e IV estão corretas.

C-As assertivas I, II e IV estão corretas.

D- As assertivas II e III estão corretas.

E- Todas as alternativas estão corretas.

15- São exemplos de medidas de proteção, exceto:

A- liberdade assistida e inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

B- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

C-orientação, apoio e acompanhamento temporários; matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

D- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

E- inclusão em programa de acolhimento familiar;

16- Após análise das assertivas, assinale a alternativa correspondente:

I – São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos.

II- Para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

III- Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

IV- A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

A-As assertivas II e III estão corretas.

B-As assertivas III e IV estão corretas.

C-As assertivas I, III e IV estão corretas.

D- As assertivas I e IV estão corretas.

E-Todas as assertivas estão corretas.

17- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar,

A- o imediato acolhimento institucional da vítima.

B- o afastamento do agressor da moradia comum.

C- a perda do poder familiar e colocação da vítima para adoção.

D- a nomeação de tutor para sua proteção.

E- suspensão do poder familiar e colocação da vítima para adoção.

18- As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato

A- em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

B- em até 12 (doze) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

C- em até 48 (quarenta e oito) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

D- em até 72 (setenta e duas) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

E- imediatamente ao Juiz da Infância e da Juventude e, na sua ausência, à autoridade policial.

19- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se ato infracional

A- a conduta descrita como crime.

B- a conduta descrita como infração penal.

D- a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

C- a conduta descrita como contravenção.

E- Nenhuma das alternativas.

20- São atribuições do Conselho Tutelar, exceto:

A- encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

B- representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

C- decretar a prisão de adolescente.

D- requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

E- representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

21- Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

A- advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento prisional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

B - advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

C- advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento prisional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

D - advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento prisional; qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

E- Nenhuma das alternativas.

22 –Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, são exigidos os seguintes requisitos, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente:

- A- reconhecida idoneidade moral; idade superior a vinte e um anos; residir no município.
- B- reconhecida idoneidade moral; residir no município.
- C- idoneidade moral; residir no município.
- D- reconhecida idoneidade moral; ter 18 (dezoito) anos completos; residir no município.
- E- Nenhuma das alternativas.

23- A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

- A- tratar-se de ato infracional cometido mediante violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- B- tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- C- tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento injustificável da medida anteriormente imposta.
- D- tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.
- E- Nenhuma das alternativas.

24– A internação é sempre a medida mais adequada no caso de um ato infracional?

- A- Sim, internação é a medida mais adequada.
- B- Sim, e após 3 meses de internação o infrator deve ser encaminhado para liberdade assistida.
- C- Não, antes da internação deve-se encaminhar o adolescente para a semi-liberdade.
- D- Não, em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.
- E- Sim, o Estatuto da Criança e do Adolescente traz esta obrigatoriedade de forma expressa.

25-O Estatuto da Criança e do Adolescente considera adolescente a pessoa com idade a partir de

- A- 16 (dezesesseis) anos completos.
- B- 15 (quinze) anos completos.
- C- 12 (doze) anos completos.
- D-14 (quatorze) anos completos.
- E- 11 (onze) anos completos.

26-Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente é correto afirmar:

- A- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- B- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade completos e nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- C- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte anos de idade.
- D- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos e nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezenove e vinte e um anos de idade.

E- Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, sendo proibido a aplicação dos preceitos da lei, às pessoas maiores de dezoito anos de idade, não havendo excepcionalidade.

27- A garantia de prioridade à criança e ao adolescente não compreende a:

A- destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

B- destinação a de recursos para estabelecimentos prisionais para acomodação de adolescentes infratores.

C- precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

D- preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

E- primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

28- Assinale a alternativa correta:

A- É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

B- A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

C- É assegurado atendimento integral à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, garantido o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

D- Na interpretação do Estatuto da Criança e do Adolescente levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.

E- Todas as alternativas estão corretas.

29- O Conselho Tutelar

A- é órgão não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

B- é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

C- é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

D- é órgão temporário e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

E- é órgão autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

30- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente pode-se afirmar que:

A- A criança e o adolescente têm o direito de ser educados e cuidados sem o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante, como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, pelos pais, pelos integrantes da família ampliada, pelos responsáveis, pelos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou por qualquer pessoa encarregada de cuidar deles, tratá-los, educá-los ou protegê-los.

B- São impedidos de servir no mesmo Conselho tutelar: marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.

C- O adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional não poderá ser conduzido ou transportado em compartimento fechado de veículo policial, em condições atentatórias à sua dignidade, ou que impliquem risco à sua integridade física ou mental, sob pena de responsabilidade.

D- A condenação criminal do pai ou da mãe não implicará a destituição do poder familiar, exceto na hipótese de condenação por crime doloso, sujeito à pena de reclusão, contra o próprio filho ou filha.

E- Todas as alternativas estão corretas.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

(RESPONDER COM CANETA AZUL OU PRETA, AS RESPOSTAS A LAPIS SERÃO ANULADAS)

1-De acordo com o artigo 18-B do Estatuto da Criança e do Adolescente: “Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, às medidas, que serão aplicadas de acordo com a gravidade do caso”. **Apresente quais são as sanções cabíveis e explique se o Conselho Tutelar pode aplica-las.**

2- As decisões do Conselho Tutelar podem ser revistas? Responda de acordo com estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente.

3- Apresente 3 competências da Justiça da Infância e da Juventude, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

4- Havendo o flagrante de ato infracional cometido por adolescente, mediante violência ou grave ameaça a pessoa, quais são as medidas a serem adotadas pela autoridade policial? Indique-as.

5- Considerando o fato relatado a seguir: “AMBROSINA CASSIANA NETA (genitora) e RAFAEL ADONIS DA SILVA (menor representado pela genitora) ingressaram com ação de indenização por danos morais em contra da EMPRESA FRANCA EDITORA DE JORNAIS E REVISTAS, por conta da prática de conduta ilícita que resultou em ofensa à imagem do menor Rafael. Relataram que em 10/08/2014 o menor fora apreendido por prática de ato infracional, e a Revista, ao fazer a matéria jornalística do caso, publicou a foto do adolescente sem tarja preta nos olhos, permitindo que fosse reconhecido por todos os que tiveram acesso à reportagem. Tal publicação desencadeou uma série de comentários e chacotas de outras pessoas, que passaram a ofender também o irmão do requerente, pessoa estranha ao delito cometido. Pleitearam, por conseguinte, a condenação da empresa jornalística ao pagamento de danos morais em valor a ser arbitrado pelo julgador”.

Responda: O que determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, em casos em que se expõe a imagem de adolescente infrator?

[illegible]